

SOCIEDADES QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA – TERRA E LIBERDADE

por

Euripedes Funes¹

Resumo: As sociedades quilombolas do rio Trombetas, no oeste do estado do Pará – Amazônia brasileira, se constituíram ao longo do XIX. Hoje, materializadas nas atuais comunidades negras, descendentes destes mocambos, a luta que se coloca, mais do que pela liberdade, é a de garantir sua territorialidade, constituída por seus ancestrais, frente aos grandes projetos de mineração, a construção de barragens, o agronegócio e ações do governo federal desde os anos de 1970. Momentos em que se afirmam sua identidade afro-amazônica.

Palavras-chave: Quilombos; Amazônia; Territorialidade; Resistência.

Abstract: Quilombola societies of the Trombetas River, in the western state of Pará – Brazilian Amazon, were formed during the XIX century. Nowadays materialized in the current black communities – descendants of these mocambos – the struggle that arises, rather than freedom, is for the right to land, to guarantee that territoriality constituted by their ancestors, facing the large mining projects, the construction of dams, the agribusiness and even environmental projects, advocated by the federal government since the 1970s, ignoring the rights and cultures of these Afro-Amazonians. Moments in which their identity is affirmed.

Keywords: Quilombos; Amazon; Earth; Resistance.

Libertar a terra pra nós trabalha².

Falar acerca de comunidades quilombolas, ou mocambeiras, no tempo presente é remeter a uma história marcada por conflitos, resistências para além da escravidão. É falar da história do campesinato no Brasil, em particular de um campesinato

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Ceará. Pós-Doutorado em História na Universidade de Campinas (UNICAMP), 2003. Doutorado em História na Universidade de São Paulo (USP), 1995.

² Sr. Roxinho, morador da Comunidade Pacoval no Rio Curuá. Entrevista feita pelo autor, junho de 1992.

negro, com domínio e uso coletivo da terra. É navegar nas reminiscências vivas, nas experiências sociais de afrodescendentes que constituíram seus territórios, onde ser livre era possível. Um exemplo dessa historicidade são os Mocambeiros do Trombetas, no oeste do estado do Pará³.

Foi nesse rio de águas negras, emolduradas por castanhais, que se constituiu no século XIX uma fronteira quilombola. Ali, firmaram-se os mais importantes mocambos do oeste paraense, configurando-se uma Amazônia negra. Uma fronteira é sempre final e princípio; ponto de chegada e de partida, âmbito do cotidiano e do desconhecido, geradora de medos e desconfianças; espelho e escudo. Eterna contradição de um ser que requer o outro, ao mesmo tempo em que necessitam diferenciar-se para seguirem sendo essencialmente humanos.

Naquele espaço, terras de negros se sobrepuseram a territórios indígenas, desencadeando momentos de tensões e de alianças entre segmentos sociais distintos. Assim, sociedades nativas tornam-se o Outro, forçado a se deslocar rumo ao Tumucumaque, um divisor de águas entre as que correm para o Atlântico Caribenho e aquelas que descem para o “Mar Dulce”. Ali, encontra com outros negros fugidos da escravidão – os *bush negroes*: Kotica, Dejuka, Saramaka e Boni, configurando-se, assim, um elo entre as sociedades quilombolas dessa região amazônica. Uma convivência que possibilitou trocas culturais perceptíveis nos *modus vivendi*, em particular no cotidiano das comunidades afro-amazônicas.

Carlos Printz, 37 anos, líder da comunidade de Abuí, no alto Trombetas diz:

[...] os meus antepassados, os meus avós, eles contavam que o quilombo antes era até chamado de mocambo. Então era um lugar onde o povo vivia junto, reunido. E lá eles viviam em comum, onde só viviam mesmo os remanescentes, aquele povo sofrido. Viviam morando lá. Aí teve a história de que teve vários quilombos aí pro alto Trombetas, aí pelas cachoeiras. Aí depois que eles já estavam libertos, foram descendo o rio e foram morando nesses lugares, onde nós estamos morando agora. É no Abuí, é na Tapagem, no Paranã, essas comunidades que hoje em dia temos. Então foi assim, segundo eles falou prá gente, que começou essa história⁴.

³ Euripedes A. Funes, *Nasci nas Matas Nunca Tive senhor: História e Memórias dos Mocambos do Baixo Amazonas*. Tese de Doutorado (São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995).

⁴ Carlos Printz, morador da Comunidade Abuí, alto do Rio Trombetas. Entrevista realizada pelo autor em julho de 2003.

As marcas desse processo histórico são visíveis na documentação gerada pelo governo paraense: correspondências, relatórios e autos cíveis; nos jornais da época, nas narrativas produzidas por viajantes, em sua maioria cientistas, que visitaram esse rio na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX. Processo visível, e permanente, sobretudo na memória daqueles que são os continuadores de uma luta secular. Se, num primeiro momento, o enfrentamento visava construir a liberdade rompendo com a escravidão, hoje a luta se coloca no sentido de libertar a terra para continuarem a ser livres e assegurarem o direito à cidadania. Transformar espaço em lugar bom para se viver.

Segundo Catroga, a memória “não é um armazém que, por acumulação, recolha todos os acontecimentos vividos por cada indivíduo, um mero registro; mas é uma retenção afetiva e ‘quente’ do passado feita dentro da tensão tridimensional do tempo”⁵. Assim, no diálogo com os narradores, a língua vai se soltando, as palavras vão saindo, configurando elos entre o presente e o passado. “Vou contá o que me contaram, o que meu avô contou pro meu pai, o que minha mãe contava... Isso se passou assim, num sabe? Não conto o que não sei, é assim a história.” Ali não há uma história avulsa. Mesmo quando alguém “se lembra de si”, é um lembrar de uma história comunitária; do eu, mas também dos outros. São narrativas carregadas de experiências vividas, ou assimiladas, colando na sua história as histórias de seus anteriores. Os de agora fazem das histórias daqueles, suas histórias. Nas origens, estão as raízes da identidade.

A memória, mesmo sujeita a influências e novos valores – parte natural do processo evolutivo do grupo que a preserva, como elemento que dá sustentação à identidade e ao sentido de origem –, mantém um vínculo entre o presente e o passado. Referências repetitivas de fatos, nomes, lugares e atitudes são marcadores significativos, e ao mesmo tempo reveladores, que permitem traçar a trajetória histórica do grupo. Exemplo: vieram da África, fugiram, mocambeiros, remanescentes. É quando a memória vira fonte para a história.

Há aí um elemento comum, marco de interlocução possível: a noção de cultura, que abarca as práticas de resistência diante do poder, resistência que se manifesta tanto na ação política quanto nas formas ocultas e práticas culturais que têm também um forte viés identitário. Cabe-nos buscar e analisar as formas simbólicas – palavras, imagens, instituições, comportamentos – com a ajuda das quais os homens de qualquer lugar se representam, perante si mesmos e perante os demais⁶.

⁵ Fernando Catroga, *Memória, História e Historiografia* (Coimbra: Quarteto, 2001), 20.

⁶ George G. Iggrs, *La Ciencia Histórica en el Siglo XX - las tendencias actuales* (Barcelona: IDEAS Book, 1998), 81-85.

Tomamos, aqui, a lição de Alfredo Bosi:

*O que há de inexaurível no espírito de um grande historiador vem de sua capacidade de pôr-se à escuta das águas que jorram do passado e que a memória faz irromper no presente. Essas águas podem crescer ou minguarem, depende dos climas instáveis da cultura, mas no coração de quem se dispõem a ouvi-las, não secam jamais*⁷.

Através do diálogo com os mais velhos e lideranças comunitárias, adentrei pouco a pouco o passado dessas sociedades e percebi como este é apropriado, e (re)significado. Constatei que os interlocutores possuem uma percepção viva de um passado que não é apenas conhecido, mas vivido e sentido pessoalmente, lembrado de forma coletiva. Uma memória que remete aos tempos da escravidão; dos quilombos e dos conflitos sociais que marcaram as histórias dos negros, cativos e libertos, e constituíram um corolário de referências para a compreensão do surgimento dessas territorialidades negras. Uma memória histórica que transmitida ajuda a reforçar a identidade e assegurar permanência.

Interessante que ao se referirem aos antepassados, os narradores se voltam menos para o tempo da escravidão, e mais para o dos mocambos, que eles têm como uma espécie de utopia, por representar o tempo da liberdade, da fartura, do respeito aos mais velhos. Assim, “transformam em geral o passado (tudo o que aconteceu) num passado significante, a história deles”⁸.

Interagindo com os moradores das comunidades negras, às margens do rio Trombetas – Abuí, Paranã do Abuí, Tapagem, Sagrado Coração, Mãe Cué, Jamari, Juquiri Grande (Juquiriaçu), Erepecu (Aripecu) e Moura –, foi possível encontrar, nos labirintos das memórias, os varadouros que nos levam à história desses mocambeiros (e de seus ancestrais), hoje estabelecidos numa área ocupada por aproximadamente 1000 famílias, cujos “ramos” estão entrelaçados por relações de parentesco, compadrio e outras afinidades. Sobretudo, entrelaçados por uma mesma história, partilhando experiências comuns e a constituição de uma identidade marcada pelo sentido de pertença e construção de um espaço único – terras de mocambeiros. Vide Mapa:

⁷ Alfredo Bosi, “Homenagem a Sérgio Buarque de Holanda”, in *Céu e Inferno: Ensaios de Crítica Literária e Ideológica*, 2.^a ed. (São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2003), 255.

⁸ Richard Price, “Novas direções na história etnográfica”, in *Afro-Ásia*, n.º 22, Salvador: UFBA (1988): 191. Ver do mesmo autor *First-Time: the historical vision of afro-american people* (Baltimore: The Johns Hopkins University, 1993).

*raiz e cultura. Não é fortuito o fato de essas duas palavras terem um mesmo campo semântico e uma referência comum à terra nutridora”.*⁹

Entre os meus entrevistados, as falas vão dando conta de vários lugares de refúgio, nascimentos e encontros. São lugares que constituem um cenário de memórias, configurado num território de negros, conferindo significação e valor à existência. Uma origem comum, percepção viva do passado, que não é apenas conhecido, mas vivido e sentido pessoalmente, lembrado de forma coletiva, fortalecendo a legitimidade do direito à terra. No diálogo com os narradores, fui encontrando explicações para o entendimento das estratégias de fuga e de sobrevivência traçadas por aqueles ex-cativos que construíram nos altos dos rios, lagos e matas territórios hoje percebidos como *terras de negros*.

Na arte de se tornar quilombola, o ex-escravo vai moldando sua vida à nova realidade e as pegadas do rio são marcas do tempo. Sua alma torna-se tão profunda quanto os rios: vivazes, agitados, inquietas como as águas das superfícies, onde as imagens do macrocosmo se refletem no microcosmo das águas, constituindo uma imagem indivisível, um todo único¹⁰. São seres humanos silenciosos, taciturnos, contidos em seus sofrimentos como a profundidade das águas negras do Trombetas. Calados quase sempre. Um silêncio que não é a ausência da fala. No interior da selva, constroem seus diálogos e a hora de soltar seu grito.

Os mocambos estão vivos na memória e na imaginação dos descendentes, como tempo de liberdade, de fartura, diante de um hoje marcado por dificuldades sociais presentes no cotidiano das comunidades negras ribeirinhas. Ali, em um contexto no qual a terra e a natureza são mercadorias, em meio a discriminação racial e o preconceito, vivenciam a luta pela terra frente ao capital.

Estas comunidades quilombolas têm experimentado, ao longo do tempo, ameaças de várias naturezas: expedições punitivas, sujeição, controle e arbitrariedade dos regatões, aviadores – “mesmo quando patrões bons” –, além da ação violenta do Estado. Impacto maior se deu tanto pela chegada dos grandes projetos de mineração, extração de bauxita, quanto pela criação de áreas de proteção ambiental – Reserva Biológica do Trombetas e a Floresta Nacional (FLONA) Saraca-Taquera. A partir da década de 1970, a implantação desses projetos implicou o cerceamento dos quilombolas às atividades econômicas que secularmente desenvolviam – o extrativismo, a pequena agricultura e a pesca. Muitas famílias foram expulsas

⁹ Jöel Bonnemaison. *Viagem em torno do território*. In Roberto Correa & Zeny Rosendahl, orgs. *Geografia Cultural: um século*. (Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002), 106-107.

¹⁰ Elide V. Oliver. A Terceira Margem do Rio – fluxo do tempo e paternalismo em Guimarães Rosas. In *Revista USP*, n.º 49, mar/abr/mai. 2001.

de sua terra; várias delas, sem nenhum tipo de indenização, sofreram repressão física e psicológica. Para estes, impossível absorver a ideia segundo a qual para preservar a natureza, o ambiente, tornava-se necessária a sua expulsão da terra, do seu espaço de convívio e de trabalho. Novo desafio foi colocado – a defesa do território, constituído por seus ancestrais, gerando uma situação de conflito expresso na fala de alguns moradores.

Nesse novo contexto, a lógica é outra. A expansão capitalista exige, necessariamente, que se liberem terras, de uso comum, ao mercado e à apropriação individual, provocando transformações radicais das estruturas que condicionam a posse e o uso. Isto leva os mocambeiros a terem, no tempo dos avós, um tempo de fartura, de bondade e o quilombo o espaço de liberdade. Um sentimento vivo na fala de Dona Maria Francisca dos Santos (Dona Popó), nascida no Alto Trombetas, que aos 81 anos, nos dizia:

O que eu lamento e fico sentida é de ver nossa mesa tomada pelos outros, e nós ficamos olhando, com fome, sem podê comê. Isso eu lamento muito. Que no tempo dos meus avós, que eu me criei, isso aqui tudo era liberto, nós não tinha preocupação: ah! Não tem comida? Pega um peixe, pega uma tartaruga e nós vamos comê... Hoje em dia, nós temos saudade. Se nós pega uma tartaruga, nós temo que comê escondido, senão vamo preso, vamo surrado, aqui dentro de nossa terra. Tenho bastante saudade do tempo de liberdade, tempo que passou.¹¹

São momentos de confronto entre distintas concepções sobre o uso da terra: terra de trabalho, sentimento de nosso, versus terra de negócio, especulação fundiária, implicando novas formas de organização e de enfrentamento por aqueles que se sentem ameaçados pelos “de fora”. Momentos em que se afirma a identidade negra, quilombola, afro-amazônida.

Assim, hoje recuperar esse passado tem um sentido ampliado: afirmação de uma identidade e luta pela titulação da propriedade da terra. Desse modo, práticas culturais como lugares de memória, constituem os pilares do ser remanescente, ser mocambeiro e o sentimento de pertença. Na relação com a terra está outra marca da ancestralidade destes descendentes de quilombolas.

Na atualidade, para se entender o contexto vivenciado por tais comunidades deve-se buscar compreender a interação homem-natureza, mais precisamente, as relações com a floresta em que se inserem e com a qual estabelecem dupla relação

¹¹ Dona Maria Francisca dos Santos, nascida no alto Trombetas. Entrevista realizada pelo autor em julho de 1992.

de liberdade e de vida; entender como os quilombolas tecem uma cumplicidade com a mata, os rios, as cachoeiras, no processo de fuga e de reprodução dessas sociedades; que leituras fazem da natureza e como esta imbricação negros/floresta foi quebrada com a chegada de intensas práticas capitalistas – representadas pela mineração, construção de barragem, implementação de políticas preservacionistas e, atualmente, também com o agronegócio, que tem a terra e a natureza como mercadorias, beneficiado pelas políticas desenvolvimentistas, nos tempos da ditadura militar e no tempo presente.

Esta realidade tende a se agravar desde o golpe de 2016 e, especificamente, no atual governo que, comprometido com as grandes corporações, abrirá a Amazônia para a exploração madeireira, o agronegócio e exploração mineral, devastando ainda mais o meio ambiente e, sobretudo, os territórios indígenas e quilombolas. São empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados territórios, sob a lógica estritamente econômica, respondendo a decisões estabelecidas sob a égide do capital industrial-financeiro.

A implementação desses grandes projetos forma enclaves e desdobramentos que tendem a romper com as tramas que conformam as relações de identidade com o território, alterando-as ou substituindo-as por outras. Tal rompimento ocorre uma vez que os habitantes locais passam a se relacionar com outros territórios impostos no ato de construção da barragem, da exploração da bauxita e as áreas de conservação ambiental implantadas, sem levar em conta os que ali viviam. Assim, frente a uma fronteira capitalista, que tem a natureza como mercadoria, geradora de *royalites*, aqueles que ali estão e possuem um enraizamento territorial, “a identidade adquire feições de resistência” face às mudanças provocadas pela nova forma de sobreposição, e exploração, da territorialidade.¹²

A fala de Dona Maria Francisca, citada aqui, nos dá a dimensão da permanência de uma luta pela liberdade que secularmente vem sendo vivenciada por aquelas comunidades negras. “Há uma distância entre nós de hoje e eles do passado, uma história os liga – de luta, resistência e autodeterminação.”¹³

Libertar a terra tornou-se a representação do direito de ser livre e de posse do espaço vivido. Assim, na constituição dos mocambos estava a concretização da liberdade da escravidão e, hoje, na terra liberta está a concretude das comunidades negras remanescentes dos mocambeiros. Esse movimento vem ganhando força consubstancial através da organização de associações dos quilombolas, que

¹² Maria Geralda de Almeida, “Identidade e Sustentabilidade em território de fronteira no estado de Goiás-Brasil”, in *Territorialização, Meio ambiente e Desenvolvimento no Brasil e na Espanha*, organização de José M. Valcuende del Rio e Laís M Cardia (Rio Branco: EDUFAC, 2006).

¹³ Marina Maluf. *Ruídos da Memória* (São Paulo: Siciliano, 1995), 20.

têm conseguido o título de posse das terras ocupadas há mais de um século por aqueles que forjaram na luta o direito de ser livre.

Como resultado dessa luta, em 1995, foi concedido o primeiro título de propriedade coletiva da terra a uma comunidade quilombola, no Brasil, a de Boa Vista, no rio Trombetas. Em 1996, foi a vez das comunidades negras do Pacoval e Água Fria. Hoje, naquela região somam-se dez, ou mais, títulos propriedade concedidos, atendendo as reivindicações de centenas de comunidades descendentes dos quilombos que ali se formaram no século XIX.

Todavia, outros desafios se colocam, há outros direitos a serem conquistados, e confrontos se delineiam com a chegada de novos capitalistas, empreendedores do agronegócio e mineração. Estes vivem da especulação fundiária e do uso desordenado das florestas. Está em curso um grande desmatamento para venda, às vezes ilegal, da madeira; a implementação da pecuária em larga escala; plantio de soja e, em menor escala, de arroz, principalmente na região de Santarém e Alenquer. Tais cultivos até então não faziam parte daquele cenário, hoje brutalmente transformado pelo uso indevido das áreas de várzeas, provocando grandes danos ambientais, e o conseqüente encolhimento das terras dos mocambeiros. Um processo de ocupação desordenado e desastroso, tanto para as populações tradicionais quanto para a natureza, retratando bem a lógica desses novos migrantes em relação ao meio ambiente, ao uso e valor da terra, amparados pelas políticas de incentivos governamentais, em todas as esferas. Momentos em que se afirma a identidade negra, quilombola, afro-amazônica, frente ao outro, que os vê com olhares de estranhamento.

Nesse sentido – do Mocambo “paragem deserddada, escondida”, às comunidades de hoje, “lugar de fartura e trabalho” –, o caminho percorrido pelos negros foi de criação de direitos. O direito sobre a terra, historicamente conquistado. O direito à sua especificidade negra, raiz profunda de sua cultura. O direito de reproduzir seu modo de vida agrícola e extrativo, sobre as bases de territorialidade conquistada; com manejo ecológico traduzido pela preservação atestado nos 200 anos de existência no lugar.

Terra nutridora, raiz, bem expressa na fala de D. Maria, moradora da comunidade quilombola do Silêncio, em Óbidos, que traz vivas as prédicas de sua avó Ana, a “chefe lá da cabeceira”, que disse:

[...] que não venha mais o terror que minha avó contava, que passava. Ela dizia: Deus livre minha filha, olha nós comemo farinha de milho, comemo farinha de surui, vocês não comeram, nós comemo aquela farinha finiinha que vinha, chamamo farinha surui, que era igual açúcar finiinha, nós comemo. Nós ganhamo pirão pra 10 pessoas come, colocava

*aquele caldo de peixe, comia um pedaço de peixe, quando era pra outro cadê, não tinha mais, era só aquele caldo sujo no prato. Já a gente bibia aquele caldo. Por isso, eu digo vamo ismera em nosso trabalho, fazê nossa roça, que isso é o pão de cada dia que Deus deixa. Porque quando ele foi pro céu, ele dissera: plante prego e nasce ouro. Porque de fato se você corta um pedaço de maniva, desse tamanho, sai aquele leite, você cobre com aquela terra, aquele leite vai espalhando, vai espalhando, vem a chuva, olha aquele fiapo, daquele fiapo, vai engrossando a raiz, nasce o ouro que ele deixou*¹⁴.

Todavia, como futuro, avizinha-se para estas comunidades negras um novo tempo de luta e novos enfrentamentos, frente a dois fios de aço que podem afetar sua vivência na relação com o meio ambiente, com a terra, bem como alterar a vida do rio Trombetas.

O primeiro Fio de Aço, mais um risco a ser considerado, o desenho de uma fronteira hidrelétrica, que vai se fechando sobre a Amazônia brasileira. Exemplo disto é a projeção de aproximadamente 40 usinas para a bacia do rio Tapajós, entre elas a de São Luiz do Tapajós, em terras dos Munduruku. Na bacia do Rio Trombetas, o Plano Nacional de Energia projeta 15 empreendimentos hidrelétricos: 13 deles contam com estudos de inventário; um com estudo de viabilidade e um outro com projeto básico; é o caso da usina de Cachoeira Porteira, 1.420 MW, projetada na década de 1970, assim, como a de Belo Monte, originalmente sob o nome de Kararaô.

A previsão de área total a ser inundada pela barragem Porteira soma 5.530 quilômetros quadrados, com impactos em terras indígenas (Nhamundá-Mapuera; Trombetas-Mapuera, Kaxuyana-Tunayana e Zo'ê) e quilombolas (Cachoeira Porteira, Alto Trombetas e Erepecuru). Além de atingir unidades de conservação federal (REBIO Rio Trombetas) e estaduais (FLOTA Trombetas e Faro).

O Segundo Fio de Aço, já em ação, é a expansão da mineração de Bauxita.

A Mineração Rio do Norte (MRN), maior produtora de bauxita do Brasil, é a única em atividade no Rio Trombetas, município de Oriximiná (PA). A empresa foi implantada na região na década de 1970, uma iniciativa estatal, sendo privatizada no governo de Fernando Henrique Cardoso, passando para o controle da Companhia Vale (40%), associada hoje a 8 outras corporações: South32, empresa resultante de uma cisão de ativos da anglo-australiana BHP Billiton em 2015 (14,8%), Rio Tinto Alcan (12%); Companhia Brasileira de Alumínio (10%), Alcoa

¹⁴ Dona Ana Santos, Moradora do lago Silêncio, Óbidos. Entrevista realizada pelo autor, julho de 2002.

Alumínio SA (8,58%), Alcoa World Alumina (5%), Hydro (5%), Alcoa Awa Brasil Participações (4,62%).

As operações da MRN incluem, para além das áreas de extração da bauxita, um parque industrial para beneficiamento, lavagem e secagem do minério, trecho ferroviário de 28 quilômetros, porto para embarque dos navios e duas usinas termoelétricas. Além de uma vila fechada (a cidade-empresa Porto Trombetas) onde vivem cerca de 6.000 pessoas (funcionários e seus familiares), com hospital, escola e aeroporto próprios.

Em 2013, a empresa obteve Licença de Operação do Ibama para explorar o platô Monte Branco, localizado no interior da Terra Quilombola Alto Trombetas 2, incidindo em áreas de florestas que há anos garantem aos quilombolas alimento e fonte de renda. São importantes regiões de extrativismo de produtos não madeiros, como o óleo de copaíba. Registra-se que 27% da dimensão da FLONA estão disponibilizados para as concessões de lavra a essa empresa.

Em janeiro de 2014, o ICMBio suspendeu a autorização da MRN, sob a alegação de que os platôs estavam localizados dentro da FLONA Saracá-Taquera. Todavia, em março de 2016, a suspensão foi revogada pelo próprio órgão e o Ministério do Meio Ambiente autorizou a empresa a proceder os estudos que viabilizarão a licença ambiental para a extração de bauxita em mais quatro platôs (Cruz Alta, Cruz Alta Leste, Peixinho e Rebolado) em terras quilombolas, a partir de 2021.

Segundo a Comissão Pró-Índio – São Paulo (CPI-SP)¹⁵, durante o período em que vigorou a suspensão da autorização, os quilombolas foram alvo de forte pressão para que manifestassem sua concordância com os estudos. O processo de consulta – que deveria garantir a efetividade de um direito e empoderar os quilombolas – acabou por suscitar um dano imaterial de difícil reparação: tensão, desentendimentos e divisões no âmbito interno das comunidades e de suas organizações representativas.

Em uma carta entregue ao Ministério Público Federal (2016), os quilombolas afirmam que o processo de consulta não foi concluído, denunciam a pressão da empresa e da Fundação Cultural Palmares e apontam as divisões internas geradas pelo processo: “*as promessas de emprego foram feitas para dividir os comunitários e pressionar as lideranças a aceitar o estudo*”. O documento dos quilombolas contraria o parecer daquele órgão federal, de outubro de 2015, que considera cumprido “*o procedimento de Consulta Prévia às comunidades do Alto Trombetas I e*

¹⁵ Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP), é uma ONG que vêm dando suporte as comunidade indígenas e quilombolas da bacia do Rio Trombeta, desde 1990, no que se refere à titulação de suas terras.

II^o e atendida, assim, a Recomendação do Ministério Público Federal, conforme Nota Técnica 38/2015-DPA, 23/10/2015).¹⁶

Para além dos impactos sociais, os impactos ambientais representam os maiores riscos para o Trombetas. Diferentemente da economia gomífera, a extração da bauxita implica o total desmatamento da floresta e a escavação do solo até atingir a área do minério. Nas minas Saracá V, Saracá W e Bela Cruz, ela é alcançada a uma profundidade média de 8 metros. Os impactos ambientais são incalculáveis.

A MRN foi responsável pelo assoreamento do Lago do Batata, tendo sua superfície líquida se tornado sólida, em razão dos rejeitos da lavagem do minério ali depositados, fato tido como o pior desastre industrial da Amazônia. A emissão de rejeito no lago perdurou desde o início da atividade extrativista, em 1979, até 1989, quando, após denúncias internacionais, foi suspenso. Segundo Wanderley, foram lançados 1,5 milhões de toneladas por ano no lago. Até meados de 1984, estes resíduos foram lançados no igarapé Caranam, que drena para o Batata. Com o esgotamento do curso d'água, passaram a lançá-los em outros pontos, na borda noroeste do lago, por meio de uma tubulação e de um sistema de bombeamento, e no igarapé Água Fria.¹⁷

O alto nível de assoreamento do lago colocou em perigo de contaminação o rio Trombetas. Tal fato motivou a construção de uma barragem com 10m de altura, para impedir o transbordamento. Há de se considerar, no entanto, que segundo o Cadastro Nacional de Barragens de Mineração do DNPM, a MRN tem 22 barragens com bauxita e areia. Ainda, segundo este órgão, em 10 dessas barragens o risco de danos potenciais é classificado como alto e, em 7, como médio.

Que não venham outros desastres como o ocorrido em Mariana, Rio Doce e Brumadinho, no estado de Minas Gerais. Um desastre como este no Trombetas, será de consequências inimagináveis e irreparáveis.

Atualmente, segundo informações coligidas pela CPI-SP, a MRN deposita o rejeito da bauxita em reservatórios construídos nas áreas lavradas.

Após a sedimentação no reservatório, ao atingir 35% a 40% de sólidos, o rejeito é dragado e bombeado para outros reservatórios construídos em áreas já mineradas. Ali, permanece definitivamente, de forma que a água residual vai sendo eliminada aos poucos, até que haja condições para que se execute o plantio de espécies nativas. Foi a primeira experiência aplicada à lavra de bauxita. No entanto, a poluição ambiental, do ar,

¹⁶ Comissão Pró-Índio de São Paulo. Relatório 2016

¹⁷ Luiz Jardim de M. Wanderlei, *Conflitos e Movimentos Sociais em Área de Mineração na Amazônia Brasileira*, dissertação de mestrado em geografia (Rio de Janeiro: UFR, 2008).

*rios e lagos é continua. Até o presente momento o Lago do Batata não foi totalmente recuperado apesar das medidas adotadas pela empresa*¹⁸.

Para as comunidades quilombolas,

*[...] as interseções entre o moderno e tradicional, a abertura e o fechamento, a uni e a multiterritorialidade dessas práticas sociais e políticas são muito diversas. O importante é termos sempre a abertura (conceitual e política) para compreendermos essa multiplicidade de vivências territoriais, no reconhecimento da legitimidade de suas demandas frente à enorme desigualdade instituída pelas lógicas territoriais dominantes*¹⁹.

A territorialização, como se tem colocado é uma noção que se refere a processos de apropriação e reapropriação espacial de múltiplos âmbitos. Neste sentido, “as transformações econômicas afetaram e afetam grupos concretos que aderem, resistem, contestam, recusam processos globais que são redefinidos desde as especificidades locais, que têm a ver com a identidade e com sua constante ressignificação no cotidiano, através da memória”. Grupos Sentem-se ameaçados, e deslocados, pelo sistema capitalista, já que o ‘desenvolvimento’ levou para eles o deslocamento, a marginalização, a negociação de direitos, entre outros”²⁰.

Neste sentido, considerando os impactos, a serem gerados pela hidrelétrica de Cachoeira Porteira, e os que já estão ocorrendo na área de mineração e dali até a sua foz, põe-se uma questão: o que será deste belo rio de águas pretas, território de negros?

Não se trata aqui de uma “declensionist narrative”, ou de uma história moral, mas, de uma narrativa atenta à escuta das vozes dos que vivem os confrontos. Afinal, cabe deixar uma inquietação: qual a moral desta história?! Estranho progresso desigual que mata homens, árvores e rios. Ou, como dizia Seu Chico Bezerra, um sábio sertanejo cearense, da Serra do Machado: “As coisa num é como se pensa é como se dá”.

¹⁸ CPI-SP, relatório 2016.

¹⁹ Rogério Haesbaert, “Espaço, Terra, Território. Dilema Conceitual Numa Perspectiva Latino Americana”. In *Provisões: uma conferência virtual*, edição e organização de Mabe Bethônico (Belo Horizonte: Instituto Cidades Criativas, 2013).

²⁰ José M. Valcuende Del Río e Laís M. Cardia (orgs), *Territorialização, Meio ambiente e Desenvolvimento no Brasil e na Espanha*. (Rio Branco: EDUFAC, 2006), 11.